

## **PROJETO DE LEI Nº           , DE 2019**

(Da Sra. ELCIONE BARBALHO)

Altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para tornar obrigatória a troca de produto isento de vício nas condições em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a troca de produto isento de vício adquirido dentro dos estabelecimentos comerciais.

Art. 2º A Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-A:

"Art. 49-A. Nas contratações de fornecimento de produto dentro dos estabelecimentos comerciais, o consumidor, no prazo de até sete dias a contar da data da aquisição, poderá, a seu critério, exigir a substituição de produto isento de vício de qualidade e ainda não utilizado por outro similar de valor equivalente ou por outro de valor superior desde que, nesse caso, complemente a diferença de preço.

§ 1º O prazo a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser ampliado por decisão do fornecedor.

§ 2º A prerrogativa estabelecida no *caput* poderá ser exercida em qualquer unidade, no território nacional, do estabelecimento comercial em que foi adquirido o produto, não podendo ser imposto ao consumidor limitações de qualquer natureza, inclusive as relacionadas a eventuais regionalizações do modelo de negócios ou ao fato de o empreendimento ser explorado em regime de franquia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta objetiva atualizar as normas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) em relação à troca de produtos isentos de vício adquiridos presencialmente pelo consumidor no comércio varejista.

Em sua atual redação, nosso código prevê a possibilidade de substituição quando os produtos ou serviços apresentam vícios de qualidade (art. 18) ou quando a contratação ocorre fora do estabelecimento comercial, ou seja, nas vendas em domicílio, por telefone ou pela internet (art. 49).

Prevalece, contudo, sem regulação, a prática já largamente empregada pelos comerciantes de permitir a troca de produto pelo consumidor, mesmo quando não há “defeito”, isto é, vício de qualidade ou quantidade. Essa conduta traduz comportamento consagrado há tempos em economias maduras e que se revela duplamente benéfico: por um lado, fomenta novas vendas ao trazer de volta o consumidor à loja e, por outro, estreita os laços de confiança entre consumidor e varejista. Entendemos que prevendo expressamente essa possibilidade e estabelecendo as circunstâncias para seu efetivo exercício, estaremos oferecendo maior certeza jurídica às partes da relação de consumo e contribuindo para o desenvolvimento da atividade mercantil.

Contamos com a colaboração dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputada ELCIONE BARBALHO